

**OS DESAFIOS DA CLASSE TRABALHADORA E A FORMAÇÃO DE
PROFESSORES NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO**

THE CHALLENGES OF THE WORKING CLASS AND TEACHER TRAINING IN THE
FRAMEWORK OF RURAL EDUCATION

LOS DESAFÍOS DE LA CLASE OBRERA Y LA FORMACIÓN DOCENTE EN EL
MARCO DE LA EDUCACIÓN RURAL

Celi Nelza Zulke Taffarel¹ 0000-0003-3593-4279

Arlete Ramos dos Santos² 0000-0003-0217-3805

¹ Universidade Federal da Bahia – Salvador, Bahia, Brasil; taffarel@ufba.br

² Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Itapetinga, Bahia, Brasil;
arlete.ramos@uesb.edu.br

RESUMO

Entrevista concedida pela Dr^a Celi Nelza Zulke Taffarel à Dr^a Arlete Ramos dos Santos, no dia 02 de fevereiro de 2025, com o objetivo de apresentar alguns elementos da correlação de forças presentes na atualidade entre a classe trabalhadora e a classe detentora dos meios de produção, de forma conjuntural, com destaque os desafios que pessoas da classe trabalhadora enfrentam para garantir o direito à educação do campo e à formação de professores.

Palavras Chave: formação de professores; classe trabalhadora; educação do campo.

ABSTRACT

Interview given by Dr. Celi Nelza Zulke Taffarel to Dr. Arlete Ramos dos Santos, on February 2, 2025, with the objective of presenting some elements of the correlation of forces currently present between the working class and the class that owns the means of production, in a conjunctural way, highlighting the challenges that working class people face to guarantee the right to rural education and teacher training.

Keywords: teacher training; working class; rural education.

RESUMEN

Entrevista concedida por la Dra. Celi Nelza Zulke Taffarel a la Dra. Arlete Ramos dos Santos, el 2 de febrero de 2025, con el objetivo de presentar algunos elementos de la correlación de fuerzas actualmente presente entre la clase trabajadora y la clase dueña de los medios de producción, de forma coyuntural, destacando los desafíos que enfrenta la clase trabajadora para garantizar el derecho a la educación rural y a la formación docente.

Palabras clave: formación de profesores; clase trabajadora; educación rural.

Introdução

Para apresentar alguns elementos da correlação de forças presentes na atualidade entre a classe trabalhadora e a classe detentora dos meios de produção, de forma conjuntural, com destaque para a Educação do Campo e a formação de professores, faz parte do objetivo dessa entrevista que tive o prazer e o privilégio de realizar com a professora doutora e pós-doutora Celi Zulke Taffarel, que é professora universitária, orientou muitas teses de doutorado e dissertações de mestrado, autora de vários livros e artigos científicos, coordenou importantes pesquisas, é militante da Educação do Campo, sindicalista...um exemplo de vida... e com um legado que serve e servirá sempre para orientar a classe trabalhadora a alcançar uma sociedade para além do capital. Dialogar com uma referência tão respeitada como a Profa. Celi é sempre um desafio, pois ela tem sido estudada na área de Educação, nos movimentos políticos e sociais, sempre com uma práxis permanente que busca uma sociedade rumo à superação do sistema capitalista.

Quais os principais desafios da classe trabalhadora na atualidade?

Para tratarmos dos desafios da classe trabalhadora temos que nos reportar aos desafios da humanidade. O grande desafio da humanidade é superar as contradições que perpassa a história que é, a opressão e exploração do “homem pelo homem”, da exploração e opressão dos seus semelhantes.

Da superação de preconceitos: raciais, sociais, religiosos, quanto à orientação sexual, de gênero, linguístico e cultural. Superar o patriarcado, o patrimonialismo. Para nos mantermos em pé e fazermos história enquanto classe trabalhadora, temos que nos alimentar, vestir, morar, proteger, enfim, satisfazer nossas necessidades básicas. Para tanto, desde que nos tornamos matéria, nos transformarmos em matéria viva, desde que superamos exclusivamente as leis físicas, biofísicas e nos regemos por leis sócio-históricas, o fazemos explorando.

Exploramos nossos semelhantes e exploramos a natureza. Isto quer dizer que ainda vivemos na fase pré-histórica possível da humanidade que é a fase de exploração e exploração. A fase mais avançada desta pré-história é a atual organização mundial de produção de bens materiais e espirituais que é o capitalismo organizado em classes sociais. Há os que detêm somente a sua força de trabalho, os que detêm os meios de produção e, os que detêm a terra, mar e ar, os latifundiários. Para manter uma estrutura como esta, uma classe gera riqueza, mas

não a acessa, outra classe detém lucros, detém riquezas, e para tanto, oprimem, exploram, roubam, assaltam, exterminam, devastam e destroem seres humanos, países, soberanias, democracias, direitos, meio ambiente.

O desafio da classe trabalhadora é superar o que está colocando em risco a possibilidade de vida humana no planeta terra. Estas ameaças que pairam sobre a humanidade podem ser constatadas, na crise nuclear, climática e na regressão social. Pode ser constatada na ameaça das guerras, sejam elas, convencionais, irregulares, híbridas, culturais, econômicas. Podem ser constatadas nas emergências climáticas decorrentes da devastação da natureza. Pode ser constatada na retirada de direitos e conquistas da classe trabalhadora.

Vou mencionar três referências que podem aprofundar o que aqui reconheço como o grande desafio da atualidade, onde o capital elimina o trabalho humano necessário para a manutenção da vida, em seu sentido ontológico, até o trabalhador e sua classe social. Querem nos convencer que não existe mais classes sociais, trabalho e trabalhador. Dizem os que querem manter o modo de produção mais devastador que a humanidade já construiu, que estamos vivendo o “fim da história”.

Querem nos convencer que é só “humanizar o capitalismo” porque este é o último e mais avançado sistema de produção e reprodução da existência humana. Absurdo! Absurdo! Este é o mais devastador sistema porque é baseado no roubo da força de trabalho alheia assegurada pelo aparato jurídico que considera como direito fundamental, primeiro, a propriedade privada. Os donos das terras que foram roubadas de quem considera a terra um bem comum, foram seus aparelhos ideológicos, suas forças armadas, seu aparato jurídico, cultural para manter a exploração, opressão, violência. São como descreve Engels: “assassinos sociais”. Nos diz Engels:

Durante o período em que permaneci na Inglaterra, a causa direta da morte de vinte ou trinta pessoas foi a fome, em circunstâncias as mais revoltantes; mas, quando dos inquiridos, raramente se encontrou um júri que tivesse a coragem de atestá-lo em público. Os depoimentos das testemunhas podiam ser os mais claros e inequívocos, mas a burguesia – a que pertenciam os membros do júri -, encontrava sempre um pretexto para escapar ao terrível veredicto: morte por fome. Nesses casos a burguesia não deve dizer a verdade: pronunciá-la equivaleria a condenar a si mesma. Muito mais numerosa foram as mortes causadas indiretamente pela fome, porque a sistemática falta de alimentação provoca doenças mortais: as vítimas viam-se tão enfraquecidas que enfermidades que, em outras circunstâncias, poderiam evoluir favoravelmente, nesses casos determinaram a gravidade que levou à morte. A isso chamam os operários ingleses de **assassinatos sociais** e acusam nossa sociedade de praticá-los continuamente. Estarão errados? (Engels, 2008, p. 69)

Este é o grande desafio da classe trabalhadora. Só a classe trabalhadora que na relação com a natureza, pelo trabalho humano, gera o que garante nossa existência. Para ampliar estes

argumentos sugiro, no mínimo, a leitura do texto de Frederick Engels, “O papel do Trabalho na transformação do macaco em homem”, texto escrito em 1876, mas de uma atualidade incrível.

Está disponível na internet, no Marxists Internet Archive. Sugiro fortemente a leitura dos três Volumes da Obra “O Capital”, de Karl Marx, publicados pela Boitempo, em 2023, 2024, 2017. Sugiro também o livro de Lenin “Imperialismo Fase superior do Capitalismo”, também publicado pela Boitempo, em 2021. Sugiro o livro do Engels “Situação da Classe trabalhadora na Inglaterra”, também publicado pela Boitempo, em 2008. Sugiro os dois volumes da obra de Rosa de Luxemburgo “A acumulação do capital” Volumes I e II, da Coleção “Os economistas”, publicado pela Editora Victor Ciavata em 1984.

Sugiro a obra de Xabier Arrizabalo Montoro “Capitalismo Mundial e Economia Mundial: Bases Teóricas e análises empíricas para a compreensão dos problemas econômicos do século XXI”, editado pela Husitec e Nova Palavra em 2023. Nesta obra vamos encontrar os elementos que nos permitem constatar a situação da classe trabalhadora na atualidade e seus grandes desafios decorrentes das medidas fundomonetaristas adotadas no mundo para manter taxas de lucro o que leva a destruição de forças produtivas.

Nos diz Montoro: “Dentre essas medidas, destacam-se (a) as **privatizações, desestatização, desvinculação, desobrigação**, defendidas com o mantra de maior eficiência das empresas privadas do que os serviços públicos; (b) a **desregulação, desindexação** dos mercados, incluindo várias outras medidas (liberalização de investimentos estrangeiros, redução de impostos, quebra das barreiras de importação, apropriação da biodiversidade, dos bens naturais, etc.); e a (c) garantia dos direitos de **propriedade** (Montoro, 2023).

Sugiro ainda, como muito importante, as publicações do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social em especial o texto intitulado “Vivemos uma emergência que requer ação urgente (uma carta escrita com Noam Chomsky) | Carta semanal 1 (2021) “publicado por Noam Chomsky e Vijay Prashad. Eles afirmam “Três grandes ameaças no planeta que devemos enfrentar em 2021: uma declaração de Noam Chomsky e Vijay Prashad”. Para finalizar sugestões importantes de leitura sugiro ler Leon Trotsky em especial o Programa da IV Internacional onde é evidenciado que as forças produtivas deixaram de crescer. E isto em 1938.

Hoje constatamos que as forças produtivas – trabalhador, trabalho, natureza conhecimento científico e tecnológico, estão sendo destruídos pela concentração de riquezas, nas mãos de poucos. Ou seja, nas mãos da classe burguesa, dominante que detém meios de produção e a terra, a água e o ar.

A leitura do “Programa de Transição” pode ser realizada na obra publicada pela Editora Nova Palavra em 2008, intitulada “O Programa da Revolução” que contém “O Manifesto

Comunista” de Marx e Engels, publicado em 1848, o texto do Lênin “As teses de Abril”, publicado em 1917, e o Programa de Transição publicado em 1938 por Trotsky.

No contexto educacional, quais caminhos devem ser seguidos para alcançar uma educação para além do capital, como bem disse o Mészáros?

O principal caminho que atinge a subjetividade humana diz respeito a economia política. E Mészáros na obra “Para além do capital: Rumo a uma teoria da transição”, publicado pela Boitempo, em 2002, na página 50, nos diz que: “

(...) a alternativa concreta é proporcionada pelos princípios orientadores de um sistema de produção e consumo comunal (e de nenhuma maneira coletivista em abstrato) socialista. Os principais princípios de funcionamento da alternativa socialista são: a regulação, pelos produtores associados, do processo de trabalho orientada para a qualidade em lugar da superposição política ou econômica de metas de produção e consumo predeterminadas e mecanicamente quantificadas; a instituição da contabilidade socialista e do legítimo planejamento de baixo para cima, em vez de pseudoplanos fictícios impostos à sociedade de cima para baixo, condenados a permanecer irrealizáveis por causa do caráter insuperavelmente conflitante deste tipo de sistema; a mediação dos membros da sociedade por meio da troca planejada de atividades, em vez da direção e distribuição políticas arbitrárias tanto da força de trabalho como de bens no sistema do capital pós-capitalista do tipo soviético ou da fetichista troca de mercadorias do capitalismo; a motivação de cada produtor por intermédio de um sistema autodeterminado de incentivos morais e materiais, em vez de sua regulação pela cruel imposição de normas stakhanovistas ou pela tirania do mercado; tornar significativa e realmente possível a responsabilidade voluntariamente assumida pelos membros da sociedade por meio do exercício de seus poderes de tomada de decisão, em vez da irresponsabilidade institucionalizada que marca e vicia todas as variedades do sistema do capital. A necessidade de sua implementação não resulta de ponderações teóricas abstratas, mas da crise estrutural cada vez mais profunda do sistema do capital global. (Mészáros, 2002, p. 50).

Este é o principal pilar para uma educação na perspectiva da construção da transição para outro modo de vida. Uma pergunta que temos que nos fazer: A educação está dando conta de formar o novo homem e mulher, como defendia Ernesto Che de Guevara e Fidel Castro? O texto de Rosa, Amaral e Melo, publicado na Revista do HISTEDBR trata disto ao tratar “A construção do homem novo em Cuba (1959-1961): Um processo de transformação por meio da alfabetização como prática de liberdade”.

A lógica do capital e formar trabalhador adaptado à lógica da exploração e opressão e ainda defender isto como “verdadeiro e correto”, conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1 – Escravidão moderna



Fonte: <https://cursoenemgratuito.com.br/uberizacao-do-trabalho/> Acesso 13/03/25 às 20h00

As atuais reformas educacionais retiraram do currículo de formação de professores as matérias relacionadas à Economia Política propiciando um recuo teórico muito bem delineado pela pesquisadora Maria Celia Marcondes de Moraes. Podemos verificar no texto intitulado “Recuo da teoria: dilemas na pesquisa em educação” publicado na Revista Portuguesa de Educação, 2001, 14(1), p. 07-25 © 2001, CEEP - Universidade do Minho os argumentos consistentes, baseados em dados empíricos que demonstram este grande problema que enfrentamos hoje na formação de professores, inclusive da Educação do Campo, das águas e das florestas, o recuo da teoria.

A barbárie avança a passos largos com retirada de direitos constitucionais. A Figura 2 ilustra como direitos sociais são vivenciados no Brasil.

Figura 2 – Brasil: Direitos sociais



CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Fonte: Elaboração própria.

Portanto, vamos levar a sério o que Mészáros e Maria Celia nos ensinam: Ter como referência a economia política, o projeto histórico socialista e a necessidade do avanço teórico, e não do recuo teórico.

Estes conteúdos de estudo exigem o método materialista histórico-dialético como epistemologia, o marxismo como filosofia, visão de mundo, e o Socialismo como projeto histórico. Lamentavelmente isto não é estudado com radicalidade, rigorosidade e na perspectiva de totalidade como bem defende Saviani em sua obra “Do senso comum a consciência filosófica”, editado em Campinas/P, pela Editora Autores Associados, em 2009. Portanto, um dos principais caminhos é estudar... estudar... estudar o que hoje está sendo negado pelos conservadores, obscurantistas, negacionistas, pelos pós-modernos, por dentro do sistema educacional.

Vejam a Economia que hegemonicamente se desenvolveu no Brasil de caráter capitalista, escravista. A figura 3 oferece uma visão geral dos modelos de desenvolvimento brasileiro.

Figura 3 – Modelos de desenvolvimento brasileiro



Fonte: Taffarel e Queiros (2024)

Nesse processo há a destruição dos povos tradicionais, originários, indígenas, conforme se observa na Figura 4.

Figura 4 – Brasil indígena: história, saberes e ações



Fonte: <https://kr.pinterest.com/pin/558727897499319279/> Acesso 13/03/25 às 20h35

Vemos a Economia Política, o Estado, a sociedade, a educação e a escola aprisionados pela política militarista, belicosa da burguesia brasileira composta pelos donos dos meios de produção e donos das terras. A Figura 5 evidencia um panorama geral do Brasil em mais de cinco séculos.

Figura 5 – O Brasil tem mais de 525 anos



Fonte: Taffarel e Queiroz (2024)

Fale um pouco das suas lutas pela Educação do Campo...

O ponto de partida é a realidade concreta. Sugiro aqui o texto que publicamos juntas na Revista de Extensão da UESC e que usamos nas semanas pedagógicas. Sempre o ponto de partida é o real concreto. Pela nossa capacidade teórica de ir para além das aparências, chegarmos à essência dos fenômenos e em especial, a construção histórica, do movimento histórico, até o estágio atual mais avançado é possível sim, percorrermos o caminho da construção teórica revolucionária da prática concreta, real.

A luta pela Educação do Campo é nossa, é da classe trabalhadora, é dos povos do Campo, Águas e Florestas. A luta pela Educação do Campo passa pela questão da propriedade privada

da terra. Passa pela luta pela reforma agrária popular, passa pela soberania alimentar e pela agroecologia. Este tripé não pode ser quebrado, esta totalidade não pode ser fragmentada.

A luta pela Educação do Campo é histórica, perpassa a história da humanidade, a história do Brasil desde os 1500, quando das grandes invasões europeias. Perpassa a história recente dos Movimentos Populares de Luta Social no Campo, como por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e os massacres entre os quais destaco o “Massacre de Eldorado do Carajás”, onde foram assassinados 21 trabalhadores sem-terra. Este massacre ocorreu em 17 de abril de 1996 no Município de Eldorado do Carajás no Pará, decorrente da ação também do poder judiciário e suas ordens de despejo, e da polícia do estado do Pará. O Massacre de Corumbiara, Rondônia ocorreu em 09 de agosto de 1995 e foram assassinados 12 trabalhadores Rurais, também por ação da polícia militar do estado de Rondônia, e também em decorrência de ações judiciais de despejo. Estas histórias não podem ser apagadas e esquecidas porque os massacres aos povos originários, aos povos indígenas, aos trabalhadores rurais sem terra continuam a acontecer.

A luta pela Educação do Campo está no seio das lutas mais gerais. Para aprofundar este assunto podemos nos valer da obra de Dermeval Saviani sobre “História das ideias pedagógicas no Brasil” publicado pela Autores Associados, em Campinas/SP, 2007. Temos ainda as obras clássicas de Anibal Ponce “Educação e luta de Classes” publicado pela Cortez Editora, em 2000. A obra de Manacorda, intitulada “História da Educação”, publicada pela Editora Autores Associados, em 1989.

Dessas lutas concretas, reais, resultam a pressão sob governos e governantes e a atuação de bravos e bravas lutadoras do campo que, por exemplo, no primeiro e segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, entre 2003 a 2020, elaboram a legislação que culmina com o Decreto assinado em 04 de novembro de 2010, quando era ministro da educação o Fernando Haddad. Diz o Decreto 7.352/2010 que:

A população que reside no campo, objeto do decreto, compreende agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, trabalhadores rurais assalariados, quilombolas, caiçaras, povos da floresta, caboclos”. Ou seja, povos do campo, das águas e das florestas. (Decreto 7.352/2010)

O Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Ressaltar que para enfrentar o agronegócio e a estrutura dos latifundiários temos que nos aliar aos ensinamentos da luta histórica do MST. Recentemente foi lançada uma nova cartilha sobre a luta pela reforma agrária

popular que precisa ser estudada. O MST nos chama para estudar, lutar, ocupar e conquistar: “... *Programa de Reforma Agrária Popular*, de janeiro de 2025. Lançada na reunião da Coordenação Nacional do MST, realizada em Belém do Pará. Uma obra coletiva, fruto de muitos debates e produzida a muitas mentes e mãos. Nosso desafio é organizar processos, alternativas, Trabalho de Base, para que milhares de militantes do MST, da Via Campesina, da classe trabalhadora, das Escolas, das Universidades, dos Institutos Federais e da sociedade em geral, leiam, estudem, debatam e ajudem na luta e implementação da Reforma Agrária Popular.

O que significa Educação do Campo, das Águas e das Florestas?

Significa o que contém o Decreto 7.352/2010. Significa Direito dos povos do Campo, Águas e Florestas à educação pública, em todos os graus, níveis e modalidades, laica, inclusiva, democrática, participativa, de qualidade socialmente referenciada, com boas condições nas escolas, com professores, bem formados, remunerados, com carreiras dignas, com material didático compatível com o processo de transição de superação do capitalismo rumo a outro modo de vida para além do capital.

Na atualidade a Educação do Campo das Águas e das Florestas tem sido uma pauta muito disputada pelo agronegócio, inclusive nos livros didáticos. O que deve ser feito para garantir a pauta de uma Educação crítica?

Ninguém critica, combate, transforma o que desconhece. Por isto coloco aqui referências que desenvolvemos para entender o que, na atualidade, designamos de agronegócio, mas que tem origem no roubo das terras comuns dos povos originários, dos povos tradicionais que desde antes dos 1.500 habitavam as américas e foram e estão sendo paulatinamente atacados visando suas extinções.

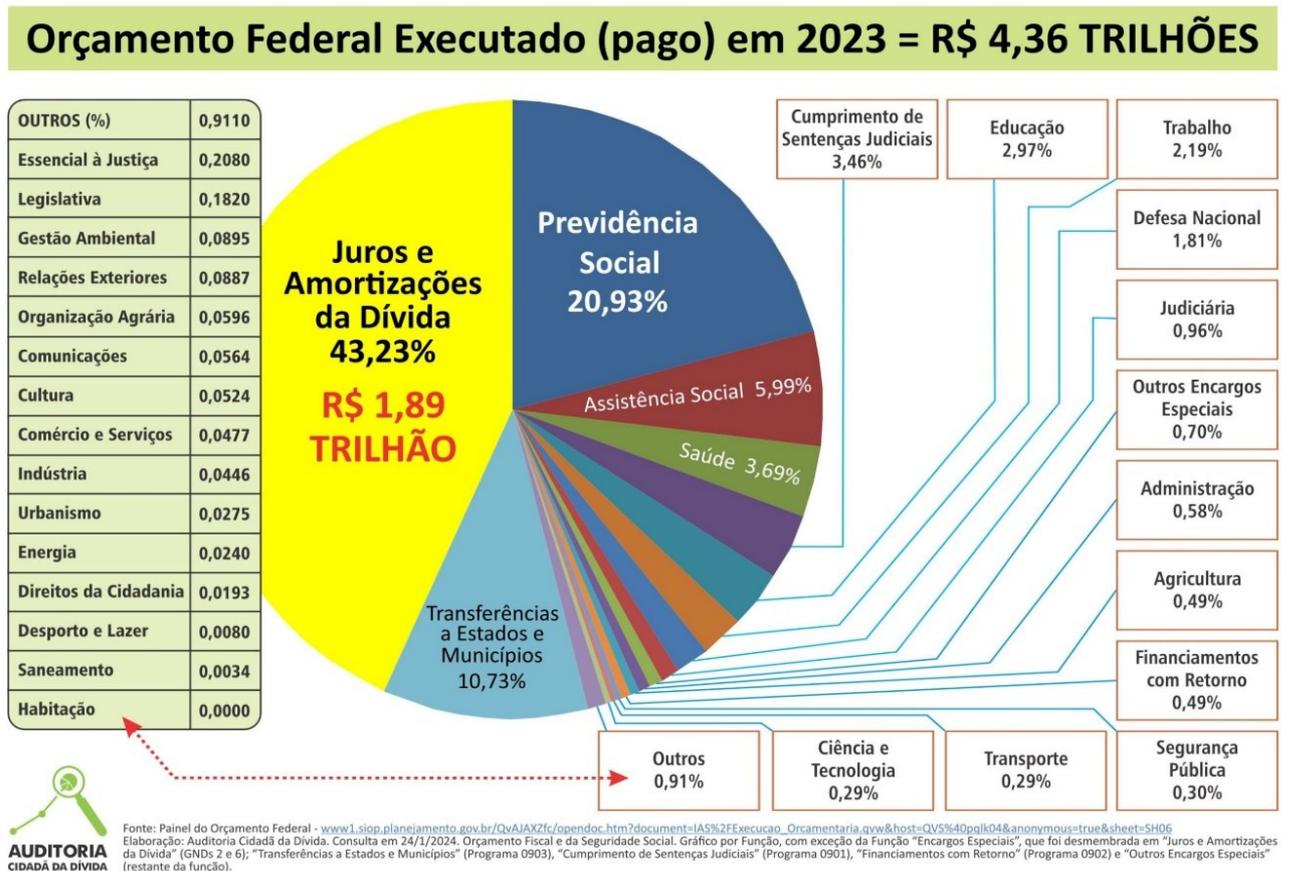
As capitânicas hereditárias geraram herdeiros que até hoje exercem poderes no executivo, legislativo e judiciário. Poder econômico e político. Observem o que é a economia política de base escravista, colonialista, que dura mais de 300 anos no Brasil.

Vejam o que é a política para sustentar tal regime econômico. Vejam como na atualidade com os avanços do setor financeirizado da economia, baseada na elevação de taxas de juros, no comércio do dinheiro, estão destruindo a classe trabalhadora, a natureza, as políticas públicas de caráter social, que beneficiam o povo como as políticas de seguridade social – assistência,

saúde e previdência-, a política de direitos humanos, direito à preservação do meio ambiente, direito a educação, saúde, trabalho digno, descanso, segurança.

Para dar o combate ao agronegócio, seus aparelhos ideológicos que são na cultura em geral, no material didático, na inserção no judiciário, no executivo e no legislativo, precisamos formar bons professores e professoras. Vejam o que é o assalto aos fundos públicos na Figura 6:

Figura 6 – Orçamento Federal Executado (pago) em 2023



Fonte: <https://auditoriacidade.org.br/> Acesso em 13/03/25 às 21h00

Vejam o que é a posse da terra. O Brasil está sendo fatiado e vendido aos imperialistas, conforme destacado na Figura 7. É a partilha do globo terrestre como já denuncia Lênin.

Figura 7 – Terras controladas por estrangeiros no Brasil (por região)



Fonte: <https://revistacenarium.com.br/relatorio-detalha-concentracao-das-posses-de-terras-por-estrangeiros-no-brasil-em-2020/> Acesso 13/03/25 às 21h00

Como deve ser pensada a formação de professores para atuar na Educação do Campo, das Águas e das Florestas?

Defendo o que vem sendo apresentado, aprimorado que são os princípios da ANFOPE – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação. Destaco que estamos, na atualidade, enfrentando principalmente cinco grandes flancos de ataque a educação pública. São eles: assalto aos fundos públicos, as privatizações, o repasse do recurso público para iniciativa privada. A alteração na legislação para adequá-la a lógica do capital para formar trabalhadores adaptados a realidade devastadora do capitalismo imperialista; a gestão pública passando para a iniciativa privada e para a militarização; a formação de professores e professoras e o recuo da teoria; a destruição dos organismos de luta da classe trabalhadora, seus movimentos, sindicatos e partidos.

As medidas e ações que ferem direitos educacionais que podemos mencionar são as seguintes: Emenda Constitucional nº 95/2016 e suas versões como Orçamento e emendas parlamentares secretas, arcabouço fiscal, leis que se dizem de responsabilidade fiscal, mas que protegem os lucros dos capitalistas; a Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017) e a terceirização sem fim; a Reforma Administrativa (PEC nº 32/2020) que está sendo implementada a conta gotas nos municípios no Estado e no Governo Federal; a famigerada Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017); a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da Educação Básica; a Resolução CNE/CP nº 2/2019, que trata da Base Nacional Comum da Formação Inicial (BNC-Formação) e a Resolução CNE/CP nº 1/2020 (BNC-Formação

Continuada), que instrumentalizam e padronizam o currículo de formação de professores/as; as políticas, que resultam na privatização e na perda de autonomia das instituições públicas de Ensino Superior e Tecnológico; a nomeação de Reitoras/es não eleitos pela comunidade acadêmica nos Institutos Federais e nas Universidades Federais ferindo a autonomia das universidades que retiram delas o direito a escolha dos dirigentes; a terceirização e a privatização da gestão das escolas e das redes públicas, mediante entrega às Organizações Sociais e a outras instituições privadas e militarizadas; a implementação de regulamentações ou políticas que não sejam amplamente debatidas pelos/as Profissionais da Educação e por suas entidades e associações representativas, principalmente, quanto à formação inicial e continuada e às carreiras; a oferta de cursos de formação continuada por instituições privadas, com modelos aligeirados, fragmentados e imediatistas, que corroboram para a visão pragmatista de certificação e ascensão funcional promovidos à distância em sua maioria; o notório saber como qualificação docente; a militarização das escolas públicas brasileiras; o negacionismo e o rebaixamento do financiamento da produção científica e; a todos os projetos e formas de privatização de instituições, empresas e órgãos públicos e do patrimônio público, em geral, e, de modo particular, a Energia, as Águas e o Saneamento (ANFOPE, 2021).

É neste contexto que recuperamos os principais marcos regulatórios da Formação de Professores/as em geral. O projeto de Formação Inicial e Continuada de Formação de Professores/as, que vem sendo defendido historicamente pelas entidades da Educação e pela teoria pedagógica crítica, sinaliza a consideração do projeto histórico-superador do capitalismo como referência na formação (Freitas, 1998), as diretrizes curriculares que superem as políticas que se perfilam com o *ethos* neoliberal e ultra neoliberal (Freitas, 2018; Malanchen, 2016), os fundamentos da teoria pedagógica histórico-crítica (Martins; Duarte, 2010) e os princípios do Projeto de Formação de Professores/as da ANFOPE, dos quais destacamos:

1. Sólida formação teórica e interdisciplinar, que permita apreender seus fundamentos históricos, políticos e sociais; o domínio dos conhecimentos a serem trabalhados pela escola; compreensão dos processos de desenvolvimento humano em suas múltiplas dimensões e nos diferentes níveis e modalidades de ensino;
2. Eixos articuladores que garantam a unidade entre teoria-prática, o que implica assumir uma postura em relação à produção de conhecimento para impregnar a organização curricular dos cursos. Teoria-prática não se reduzem à mera presença e justaposição em uma matriz curricular, mas requer assumir a centralidade do *trabalho como princípio educativo* na formação, reformulando-

se os estágios e sua relação com a rede pública não como mera adaptação, mas como possibilidade de criação de formas alternativas de organização do trabalho pedagógico e da escola, em contraposição à hegemônica lógica tecnicista e produtivista;

3. A gestão democrática, apreendendo seu significado como instrumento de luta contra a gestão autoritária; a vivência de formas de gestão democrática nas instituições formadoras, desde a gestão do espaço da classe e da aula, fortalecendo a auto-organização de estudantes, até as formas superiores de gestão educacional, entendendo-a como superação do conhecimento de administração enquanto técnica e controle, na perspectiva de apreender o significado social das relações de poder que se reproduzem no cotidiano da escola, nas relações entre os sujeitos do processo educativo, assim como na concepção e elaboração de novos conteúdos curriculares que contemplem a multiplicidade de dimensões da formação humana;
4. Compromisso social, político e ético, com um projeto emancipador e transformador das relações sociais, com fundamento na concepção sócio-histórica de educador/a, estimulando a análise da política educacional, das lutas históricas dos/as profissionais do magistério e da educação, articuladas com os movimentos sociais;
5. O trabalho coletivo e interdisciplinar problematizador como eixo norteador do trabalho docente na universidade e da redefinição da organização curricular. A vivência e a significação dessa forma de trabalho e produção de conhecimento permitem a apreensão dos elementos do trabalho pedagógico na escola e das formas de construção do projeto político-pedagógico, de responsabilidade do coletivo escolar. A criação de novas formas de organização do trabalho pedagógico permite enfrentar e superar a fragmentação entre as disciplinas e componentes curriculares, bem como superar a separação e a divisão do trabalho escolar entre os/as profissionais de educação na escola;
6. A concepção de formação continuada em contraposição à ideia de currículo e formação extensiva, sem comprometer a formação teórica de qualidade, permitindo a autonomia, a independência intelectual e a direção de seu próprio processo de formação como estratégia de resistência às determinações externas sobre o caráter de sua formação, na direção da superação pessoal e profissional, tendo como referência o projeto pedagógico da escola e o coletivo escolar;

7. Avaliação permanente, sistemática, rigorosa e de conjunto, que deve ser parte integrante das atividades curriculares e entendida como responsabilidade coletiva a ser conduzida à luz do projeto político-pedagógico de cada curso ou instituição.

São, portanto, princípios da ANFOPE, os quais foram se configurando historicamente:

- 1) a formação inicial, sempre presencial e em nível superior, e a continuada contextualizada frente aos desafios da sociedade brasileira;
- 2) a transformação do sistema educacional exige e pressupõe sua articulação com a mudança estrutural e conjuntural, visando à construção de uma sociedade democrática, justa e igualitária;
- 3) a gestão democrática da educação integrante da democratização da sociedade brasileira;
- 4) a autonomia universitária;
- 5) a reformulação dos cursos de formação de professores/as como processo constante e contínuo, considerando o desenvolvimento dos conhecimentos científicos e tecnológicos e as demandas socioculturais;
- 6) a defesa da Universidade e suas Faculdades de Educação como *locus* prioritário para a formação dos profissionais da educação que atuam na Educação Básica;
- 7) a superação do caráter fragmentário e dicotômico da formação do pedagogo/a e dos demais licenciados/as, que se materializa na organização curricular, reafirmando a docência como a base da identidade de todos os profissionais da educação;
- 8) a extinção gradativa da formação de professores em nível médio;
- 9) os princípios da *Base Comum Nacional: sólida formação teórica e interdisciplinar* sobre o fenômeno educacional, seus fundamentos históricos, políticos e sociais, bem como o domínio dos conteúdos da educação básica, de modo a criar condições para o exercício da análise crítica da sociedade brasileira e da realidade educacional; *unidade teoria-prática* atravessando todo o curso e não apenas a prática de ensino e os estágios supervisionados, para garantir o trabalho como princípio educativo na formação profissional; *trabalho coletivo e interdisciplinar* como eixo norteador do trabalho docente; *compromisso social do profissional da educação*, com ênfase na concepção sócio histórica de leitura do real e nas lutas articuladas com os movimentos sociais; *gestão democrática* entendida como superação do conhecimento de administração enquanto técnica e compreendida como manifestação do significado social das relações de poder reproduzidas no cotidiano escolar; *incorporação da concepção de formação continuada*, visando ao aprimoramento do desempenho profissional aliado ao atendimento das demandas coletivas da escola; *avaliação permanente dos cursos de formação dos profissionais da educação*, como responsabilidade coletiva, à luz do projeto político-pedagógico de cada curso/instituição.

Na sua percepção ainda será possível a superação do capitalismo? De que forma?

A humanidade, a classe trabalhadora, os povos originários, os povos tradicionais, os povos indígenas, os povos quilombolas, os Trabalhadores Rurais do MST, os Trabalhadores Sem Teto, entre outros, demonstram que é possível, sim, outra organização de produção de bens, de cuidados para preservar a natureza, de partilha das riquezas geradas pela força de trabalho.

Na atualidade, os extermínios através de guerras, de retirada de direitos, de preconceitos, de opressões, sempre é para destruir um modo de produção da vida para impor o modo do capital organizar a produção de bens materiais e espirituais. É preciso organizar, preservar, avançar na base material da produção e distribuição dos bens necessários a vida digna e feliz de todos. Outro flanco de ataque à classe trabalhadora são as religiões e a política da teocracia, ou seja, a política das religiões. Não será nos submetendo as religiões, as crenças, as ilusões que vamos superar o modo de produção do capital.

As religiões, neste momento histórico, mais do que nunca, são instrumentos ideológicos do capital para assaltar a subjetividade humana, submetê-la a dependência e retirar a caráter revolucionário de uma formação emancipatória. Por isto a escola tem que ser laica. Temos que nos posicionar contra e combater a teocracia, ou seja, as religiões como forma de governo e educação. A fé é de caráter privado, cabe ao indivíduo e não cabe para organizar o Estado e o modo de produção dos bens materiais e imateriais.

Professora, poderia fazer uma fala de esperança para os educadores e educadoras do campo e da cidade?

Frente a análise da conjuntura e da crise estrutural do capital nos cabe reconhecer que temos *tarefas* a cumprir enquanto indivíduos e enquanto coletivos. Deixo aqui uma mensagem dura, rigorosa, exigente: Diz respeito ao que nos cabe defender enquanto *tarefa* de cada pessoa, e dos nossos coletivos, enquanto *tática* da classe trabalhadora para conquistar e manter direitos e, enquanto *estratégia* internacional dos trabalhadores e das trabalhadoras, *unidos*, contra a estrutura assassina do capital. Temos que avançar, na transição construindo:

- I. *Consistente base teórica*: a escola tem a função social de garantir o acesso ao patrimônio cultural produzido pela humanidade e a função social do currículo é incidir nas funções psíquicas para elevar a capacidade teórica dos estudantes garantindo-lhes as ferramentas de pensamento para compreender, explicar e agir revolucionariamente no mundo;
- II. *Consciência de classe*: que se constrói na luta cotidiana na política para transformar a classe em si, em classe para si; na atualidade nos municípios as

decisões são tomadas pelo poder legislativo, executivo e judiciário. Temos que nos mobilizar, organizar, resistir ativa e propositivamente com base nas reivindicações concretas. Este é o ponto de partida. A realidade concreta. Temos um exemplo para intervir nas jornadas pedagógicas e está publicado na Revista de Extensão da UESC, intitulado “Extensão e Comunicação: o diálogo necessário com a escola pública na semana pedagógica”, com autoria de Ivânia Paula Freitas de Souza Sena; Arlete Ramos dos Santos, Edenice Sant’Ana de Jesus e Celi Nelza Zulke Taffarel.

- III. *Formação política*: que se expressa na política cotidiana, na pequena e na grande política, dando rumos aos interesses da classe trabalhadora, e eles passam pela mobilização, organização e enfrentamentos junto às prefeituras para exigir as reivindicações concretas;
- IV. *Organização revolucionária*: que se inicia na escola com a autodeterminação dos estudantes, com o coletivo, com o fomento de outros valores que não os valores individualistas e egoístas do capitalismo, mas, sim, o planejamento segundo valores socialistas, dos coletivos organizados para o trabalho socialmente útil.

Como nos diz Ângela Davis: “Você tem que agir como se fosse possível transformar radicalmente o mundo. E você tem que fazer isso o tempo todo.” E complementado esta posição com a qual concordo, Trotsky nos diz: (...) em história não se fazem nunca grandes coisas sem pequenas coisas. Mais exatamente: as pequenas coisas, numa grande época, quando integradas numa grande obra, deixam de ser "pequenas coisas". (Leon Trotsky. Questões do Modo de Vida. A moral deles e a nossa. São Paulo, Sundermann, 2009).

Considerações finais

A partir das respostas da nossa entrevistada, concluímos que, no modo de produção e reprodução da vida capitalista, a classe dominante, os ricos, os que detém os meios de produção, acumulam riquezas explorando o trabalho da classe trabalhadora detendo o poder político, não apresentam saída para as contradições, que estão ameaçando a possibilidade de vida no planeta.

A consolidação de formas de exploração e opressão da classe trabalhadora é material, via assalariamento, retirada de direitos e conquistas, ideológica via alienação, política via concentração do poder econômico e Estatal, e, cultural via concentração dos bens culturais e a negação dos conhecimentos via reformas educacionais.

A entrevistada demonstra que, a crise global do capital, para manter suas taxas de lucro e concentração de poder, oprime e aliena via o patrimonialismo, o patriarcado, as opressões religiosas, a teocracia, e todos os preconceitos de gênero, raça e classe. As instituições (o trabalho, a escola, igreja, família, mídia, cultura em geral) operadas pelos conservadores, burgueses e seus asseclas, cumprem a função social que interessa a classe dominante. Para isso, está sendo necessária a destruição da educação estatal, pública, laica, democrática, inclusiva, de qualidade socialmente referenciada que eleve a capacidade teórica da classe trabalhadora. Segundo a entrevistada, atualmente são hegemônicas as propostas educacionais, em todos os graus, níveis e modalidades, que fortalecem a lógica destrutivas capitalista, imperialista,

obscurantista, privatista, militarista. Essa hegemonia está assegurada pelas reformas implementadas na educação brasileira principalmente após o Golpe contra a presidenta Dilma Rousseff em 2016 e, a aprovação das reformas Trabalhista, Previdências, Terceirização, Reforma do Ensino Médio, BNCC, BNC-Formação e, a instituição da Ementa Constitucional 95 que alterou a Constituição de 1988 e estabeleceu limites na aplicação de recursos públicos, principalmente nas políticas sociais.

Demonstra com isto, a entrevistada, que as medidas dos organismos internacionais atingem o orçamento público da educação, os currículos, a formação de professores e suas organizações. Segundo nossa entrevistada, somente a classe trabalhadora organizada, terá a força necessária para, tendo como referência um projeto histórico superador, com seus instrumentos de luta, construir alternativas econômicas, políticas e educacionais para além do capital.

Referencias

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto 7.352/2010**. Brasília, 2020

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo. Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS; I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo. Boitempo, 2011.

MONTORO; Xabier Arrizabalo. **Capitalismo mundial e economia mundial: bases teóricas e análises empíricas para a compreensão dos problemas econômicos do século XXI**. São Paulo, Nova Palavra e Husitec, 2023

MONIN, Serguei. **'Paz, Terra e Pão': a volta de Lenin do exílio e as 'Teses de Abril'**
Brasil de Fato | São Petersburgo (Rússia) | 14 de abril de 2024 às 11:37
<https://www.brasildefato.com.br/2024/04/14/paz-terra-e-pao-a-volta-de-lenin-do-exilio-e-as-teses-de-abril>

CHOMSKY, Noam; PRASHAD, Vijay. Vivemos uma emergência que requer ação urgente (uma carta escrita com Noam Chomsky). Carta semanal 1, 2021.
<https://www.brasildefato.com.br/2021/01/11/vivemos-uma-emergencia-que-requer-acao-urgente-uma-carta-escrita-com-noam-chomsky>

MARX, Karl et al. O programa da **revolução**. Brasília: Nova Palavra, 2008.

TAFFAREL; C.N.Z; QUEIROZ; S R de. Educação do campo e a pedagogia histórico-crítica: contribuições para o ensino nas escolas do campo. **XXVII Encontro de Pesquisadores em Educação do Nordeste- EPEN**. Aracaju: Anped, 2024.
https://base.pro.br/sites/regionais3/docs/17930-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf

ROSA, Dayane de Freitas Colombo; AMARAL, Roseli Gall do; MELO, José Joaquim Pereira. A construção do homem novo em Cuba (1959-1961): um processo de transformação por meio da alfabetização como prática de liberdade. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 21, n. 00, p. e021033, 2021. DOI: 10.20396/rho.v21i00.8660363.

SOBRE A ENTREVISTADA E A ENTREVISTADORA

Celi Nelza Zulke Taffarel.

Pós-doutora em Educação Física pela Universidade de Oldenburg - Alemanha; Docente na Universidade Federal da Bahia (UFBA) - Brasil; Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação; Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer (LEPEL/FACED/UFBA).

Contribuição de autoria: entrevistada.

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/5691238604320892>

Arlete Ramos dos Santos. Pós-doutorado em Educação e Movimentos sociais (UNESP), Doutorado em Educação (FAE/UFMG), Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e do Programa de Pós-graduação em Educação Mestrado Profissional em Educação Básica da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e Cidade (GEPEMDECC/CNPq), Coordenadora da Rede Latino Americana de Educação do Campo -Movimentos Sociais (REDE PECC-MS) e Coordenadora do Programa Formacampo. Bolsista Produtividade no CNPQ Nível 2. Contribuição de autoria: entrevistadora. Currículo lattes: <https://lattes.cnpq.br/3007333595055044>

Como referenciar

TAFFAREL, Celi Nelza Zulke; SANTOS, Arlete Ramos dos. Os desafios da classe trabalhadora e a formação de professores no âmbito da educação do campo. **Revista Educação em Páginas**, Vitória da Conquista, v. 4, n. 4, e16229, 2025. DOI: <https://doi.org/10.22481/redupa.v4.16229>